

Security Brief

Ano 2, Volume 1, Número 3

Junho de 2020

NESTE NÚMERO: DESAFIOS NA LUTA CONTRA O COVID-19 E DO COMBATE AO TERRORISMO

1	Agravamento da covid-19, do terrorismo e da violência no centro do país
2	Impacto da covid-19, do terrorismo e da violência no centro do país
3	Progressos na luta contra a covid-19 e no combate ao terrorismo
4	Desafios da luta contra a covid-19 e do combate ao terrorismo
5	Considerações finais

1 AGRAVAMENTO DA PROPAGAÇÃO DO COVID-19, DO TERRORISMO NO NORTE E DA VIOLÊNCIA MILITAR NO CENTRO EM MOÇAMBIQUE

AGRAVAMENTO DA PROPAGAÇÃO DO COVID-19

No caso de Moçambique, em Abril e Maio, a pandemia continuou a sua evolução e abrangência, tendo chegado a todas as províncias do país. O Governo de Moçambique e as instituições de saúde desdobraram-se em esforços para disseminar as medidas de prevenção como forma de atrasar a propagação da pandemia. Mas o COVID-19 já se movimentava no país com a velocidade que se lhe conhece e, em finais de Maio, foi dito que, Moçambique registava uma epidemia com focos de transmissão com um tempo de duplicação de casos, de 15 dias, sendo uma velocidade duas vezes maior que a velocidade da média global, o que posicionava o país, entre os 50 com a taxa de evolução mais rápida, no mundo. Apesar disso, o Instituto Nacional de Saúde (INS) referiu que o país ainda continua a registar uma epidemia com focos de transmissão, com casos detectados em todas as 11 províncias. No entanto, a velocidade de transmissão é o dobro da velocidade registrada a nível global (Notícias, 01.06.2020a).

O estado de emergência decretado por Sua Excia o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, no dia 20 de Março, numa comunicação à Nação, como reforço das medidas de prevenção do COVID-19 foi



prorrogado, para cobrir o mês de Maio e, no final de Maio, renovado para cobrir o mês de Junho. Mas a ferocidade e a velocidade com que a pandemia se está a espalhar, começam a alarmar a sociedade moçambicana. As províncias de Cabo Delgado, Nampula, Maputo Cidade e Maputo Província registam o maior número de casos de COVID-19 no país. O número de pessoas infectadas e internadas tem vindo a aumentar. Moçambique atingiu a fasquia de mais de 550 contaminados. Nampula é a província que regista o maior número de casos, com o maior registo de pessoas internadas. Nampula possui, por isso, o maior risco de contaminação comunitária, o que significa que as autoridades de saúde terão dificuldades de fazer o rastreio naquela província.

AGRAVAMENTO DO TERRORISMO NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

No final de Março de 2020 (23-25 de Março de 2020), as vilas de Mocímboa da Praia, Quissanga e Muidumbe foram invadidas pelo grupo *jihadista*, que destruiu várias infra-estruturas e içou a sua bandeira num quartel das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique. Na ocasião, num vídeo divulgado na *internet*, um alegado *jihadista* justificou os ataques com o objectivo de impor a lei islâmica na região (Mata, 13.04.2020). Em resposta a ataques consecutivos e ocupações das vilas de Mocímboa da Praia, Quissanga e Muidumbe entre 23-25 de Março de 2020, as FDS intensificaram os ataques contra as posições dos terroristas no mês de Abril. A acção ofensiva das FDS ocorre na primeira semana de Abril.

Os ataques e ocupação de vilas distritais, com relatos de pesadas baixas nas Forças de Defesa e Segurança (FDS), terão levado ao presidente Filipe Nyusi a mudar de estratégia, aceitando a intervenção militar de uma Private Military Company (PMC- Empresa Militar Privada) com helicópteros, aviões e drones de reconhecimento. Nas últimas semanas, foi notícia a presença, no teatro das operações, da Dyck Advisory Group (DAG), uma empresa de segurança privada sediada na África do Sul e de propriedade de um ex-coronel militar, Lionel Dyck, um americano naturalizado zimbabwiano. De acordo com Nhantumbo, Outras empresas que deverão estar em operações militares, em Cabo Delgado, incluem a Manticorp e as empresas moçambicanas-portuguesas MOSEG e DELTA. De acordo com Nhantumbo (01.05.2020), O terrorismo em Cabo Delgado está a

motivar uma corrida de Empresas Militares Privadas interessadas em ganhar, a todo custo, um contrato com o governo moçambicano. Neste sentido, elas procuram vender soluções para combater à insurgência. Na opinião do autor,

De acordo com Mata (13.04.2020), Segundo a imprensa sul-africana, os ataques através destes meios aéreos, são a mais recente tentativa de Maputo para derrotar a insurgência. helicópteros leves atingido uma base dos jihadistas de Ahlu Sunnah wa Jamaa (ASWJ) na área de Mueda, na quarta-feira 8 de Abril de 2020, além de bases em Mbau no distrito de Awassi e Muidumbe na quinta-feira 9 de Abril. Ainda segundo as mesmas fontes não divulgadas, os ataques teriam sido bem-sucedidos, com muitas baixas entre os insurgentes. Os ataques não incluem para já forças terrestres, embora estes possam vir a ocorrer mais tarde. Os ataques aéreos da passada semana foram conduzidos pela empresa de segurança privada Dyck Advisory Group (DAG), sediada na África do Sul, propriedade do ex-coronel militar do Zimbábue Lionel Dyck.

No entanto, em resposta a resposta das FDS, o grupo terrorista recrudescer as acções terroristas em outras aldeias e localidades. De acordo com informações veiculadas pela imprensa as primeiras grandes acções terroristas ocorrem nos dias 7 e 8 de Abril de 2020. No dia 7 de Abril, o grupo terrorista atacou 7 aldeias do distrito de Muidumbe, incluindo a Vila sede distrital (Namacande). As aldeias afectadas foram Myangualewa, Mwatide, Xitaxi, aldeia 24 de Junho, Mwambula e Ntchinga. No seguinte, dia 8 de Abril de 2020 os terroristas escalaram a aldeia de Xitaxi onde protagonizaram um autêntico massacre contra a população local. 52 Jovens foram executados por decapitação e metralhadas após se terem recusado a integrar as fileiras do grupo terrorista. De acordo com a fonte, o massacre surge em retaliação a derrota sofrida pelos terroristas em Muidumbe frente a um grupo de antigos combatentes da luta de libertação nacional. Refira-se que os antigos combatentes fizeram uma emboscada contra o grupo terrorista em Muidumbe tendo abatido mais de 30 terroristas. De acordo com o autor, o avanço dos terroristas no distrito de Muidumbe não encontrou resistência das FDS que estavam completamente ausentes das suas posições. Para além de pessoas assassinadas, várias infra-

estruturas foram destruídas e vandalizadas desde a sede distrital, administração local, banco BCI, bombas de gasolina, centro de saúde, escolas, casas e uma antena de telecomunicações (Nhantumbo, 14.04.2020). O grupo atacou várias aldeias no distrito de Mueda, e voltou a atacar a povoação de bilibiza no distrito de Quissanga. Depois de sofrerem ataques das FDS nas suas bases os terroristas vêm montando operações cada vez maiores e mais frequentes na província (Mata, 13.04.2020). Na sequência do recrudescimento dos ataques, o Comandante-geral da PRM está a trabalhar em Cabo Delgado (Beula, 2020).

Na sequência dos ataques por parte do grupo terrorista as FDS fizeram uma nova contra-ofensiva com o apoio da Empresa Militar Privada, DAG. Em finais de Abril, as Forças de Defesa e Segurança (FDS) vieram ao público anunciar, pela primeira vez este ano, vitória em várias frentes de combate aos insurgentes que desde Outubro de 2017 aterrorizam a população do centro e norte de Cabo Delgado. Em conferência de imprensa de 28 de Abril, o Ministro do Interior, Amade Miquidade, disse que 129 terroristas tinham sido abatidos em quatro operações das FDS nos distritos de Muidumbe e do Ibo, entre os dias 7 e 13 de Abril. Na altura, o governante explicou que as sucessivas baixas que os terroristas sofreram terão sido a causa do massacre de 52 jovens na aldeia de Xitaxi, no distrito de Muidumbe. As investidas das FDS, apoiadas pela PMC Dyck Advisory Group, repeliram os insurgentes e relançaram a esperança de uma relativa segurança nas zonas afectadas.

Foram contabilizados pelo menos três semanas sem registo de ataques violentos nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado, apesar da existência de incursões esporádicas prontamente repelidas pelas FDS (Beula, 2020). Com efeito, depois do ataque em 8 de Abril, o grupo terrorista se manteve relativamente quieto. No entanto, enquanto os Ministros do Interior, Amade Miquidade, e da Defesa Nacional, Jaime Neto, anunciavam o abate de 129 terroristas pelas FDS, Em conferência de imprensa realizada a 28 de Abril em Maputo, o grupo terrorista, atacou o povoado de Nacoba, no distrito de Metuge, a quase 33 Km da capital provincial, Pemba. O ataque resultou no incêndio do acampamento do Parque Nacional das Quirimbas e a destruição de outras aldeias, incluindo Arimba.

O ataque não provocou vítimas humanas devido à

pronta intervenção das FDS e da empresa militar sul-africana DAG. As FDS conseguiram conter o avanço dos insurgentes que se deslocavam a Pemba depois do ataque a Metuge, a 15 quilómetros de Pemba, com o apoio da empresa Dyck Advisory Group (DAG). A contra-ofensiva das FDS provocou grandes baixas no seio dos terroristas e obrigou os insurgentes a organizarem-se em pequenos grupos e a aumentarem os ataques contra civis vistos como colaboradores das forças de segurança. No geral, as acções dos grupos armados têm incidido sobre aldeias e evitam confrontos directos com as FDS. Segundo a ACLED, Cinco sub-grupos de insurgentes estão a comandar a execução de ataques nos distritos de Mocímboa da Praia, Nangade, Muidumbe e Quissanga. Um outro grupo ao longo da costa em Macomia e Mocímboa da Praia.

Quando a situação parecia controlada, os insurgentes voltaram em peso e desencadearam uma série de ataques violentos contra comunidades e algumas posições das FDS. O Ministro do Interior, Amade Miquidade, informou que a 3 de Maio, que os terroristas atacaram aldeias no distrito de Nangade. No dia 4 atacaram aldeias no distrito de Quissanga, simultaneamente atacaram aldeias em Mocímboa da Praia. No dia 6, emboscaram uma viatura civil na zona de Nangororo, no distrito de Meluco (Nhantumbo, 22.05.2020). Entre os dias 11 e 13 de Maio, mais de 10 aldeias dos distritos de Nangade, Quissanga, Mocímboa da Praia, Meluco, Muidumbe, Macomia e Mueda foram atacadas pelos terroristas. Esta vaga de ataques resultou na destruição de pelo menos 11 aldeias; raptos de 16 pessoas, postos de transformação de energia eléctrica sabotados, destruição de hospitais, sabotagem da linha de telecomunicações (queima da linha de fibra óptica) da rede de telefonia móvel da Vodacom e da Movitel. Segundo o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), os insurgentes apoderaram-se de meios circulantes das FDS, incluindo carros blindados e dezenas de motorizadas recentemente distribuídas pelo Comandante-geral da Polícia aos operativos que estão no teatro das operações (Beula, 2020).

Na comunicação pública feita no dia 14 de Maio, o Ministro do Interior fez notar que, no dia 13 de Maio, os terroristas foram surpreendidos pelas FDS na via que liga Chinda a Mbau, no distrito da Mocímboa da Praia, quando seguiam em três viaturas e igual número de motorizadas, mais um camião cisterna, todos roubados. No confronto, as FDS reclamam

terem abatido 42 terroristas e destruído todos os meios circulantes nos quais se faziam transportarem. Já na madrugada do dia 14 de Maio, “foi rechaçada uma tentativa de assalto ao distrito de Quissanga, acção que resultou no abate de oito terroristas e ferimento de vários outros” (Beula, 2020). As FDS continuaram a avançar nas cidades e vilas recentemente controladas por insurgentes. Fontes próximas ao governo alegaram que as forças de segurança invadiram uma base insurgente perto de Mussomero, distrito de Quissanga, em 21 de maio. Os civis relataram acções do governo em solo no distrito de Muidumbe, com tropas fazendo paradas em Miangalewa e Xitaxi antes de retornar à sua base em Litamanda. Essas ações seguem um novo padrão de operações de armas combinadas para forças de segurança, nas quais a infantaria do governo é apoiada por helicópteros operados pela empresa militar privada sul-africana Dyck Advisory Group (ACLEDA, Cabo Ligado Weekly: 18-24 May 2020).

Durante o encerramento da Sessão de Perguntas ao Governo, realizado nos dias 27-28 de Maio, na sede do Parlamento, o primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, disse, no dia 28 que uma das principais prioridades do governo é repor a ordem e tranquilidade públicas na Província de Cabo Delgado. Revelou ainda que o estado está a envidar esforços para garantir que as Forças de Defesa e Segurança sejam dotadas de meios adequados que reforcem a sua capacidade operativa, e deste modo, estejam à altura dos desafios do momento, em todo território nacional. No entanto, enquanto o primeiro-ministro reafirmava na Assembleia da República que a uma das principais prioridades do Governo “é repor a ordem e tranquilidade públicas na Província de Cabo Delgado”, os Al Shabaab’s atacavam a vila de Macomia, a principal localidade do centro da Província de Cabo Delgado (A Verdade, 28 Maio 2020).

O grupo de insurgentes, que invadiu, na madrugada de quinta-feira, 28 de Maio, Macomia, continuava, no início da noite de 29 de Maio, a ocupar aquela vila de Cabo Delgado, onde içou bandeiras do grupo Estado Islâmico. Os insurgentes, segundo várias fontes locais, terão saqueado a agência bancária do BCI e sabotado as torres de telecomunicações e a subestação de Macomia, deixando sem comunicação e energia elétrica os distritos mais a norte de Cabo Delgado (Baptista, 29.05.2020). Durante os confrontos, registou-se uma fuga generalizada da população da vila para o mato e outros locais.

Segundo a Lusa, o Governo moçambicano tem relatado algumas respostas pelas FDS contra os grupos armados, reiterando que está a reprimir a violência, mas a invasão e ocupação de povoações têm-se intensificado desde o início do ano (Lusa, 30.05.2020).

Segundo a publicação, as forças moçambicanas de defesa e segurança foram reforçadas na tarde do dia 29 de Maio de 2020 por tropas vindas de Pemba, a capital de Cabo Delgado. A Zitamar News, , reportou que helicópteros operados por militares privados sul-africano da DAG, voltaram a sobrevoar a vila de Macomia para reforçar o combate contra os insurgentes (Baptista, 29.05.2020). A vila de Macomia só voltou a estar sob o controlo total das autoridades no dia 31 de Maio. No mesmo dia, O ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Jaime Neto, disse no dia 31 de Maio que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) abateram 78 terroristas e feriram outros 60. Jaime Neto disse ainda que entre os terroristas abatidos constam dois cabecilhas de nacionalidade tanzaniana. Um deles é o insurgente Njorogue, envolvido nos primeiros ataques armados em Moçambique em 2017. As forças governamentais apreenderam diversos materiais com os atacantes, incluindo viaturas, motocicletas, bicicletas e outros bens roubados da população. Depois da expulsão dos terroristas de Macomia, as FDS continuam a procurar pelos insurgentes para identificar as suas bases. "A nossa força neste momento vai trabalhar dia e noite para perseguir principalmente aqueles cabecilhas. Vamos também fazer a limpeza dos lugares onde eventualmente encontram-se escondidos". O ministro Jaime Neto referiu que o sucesso destas operações depende, em grande medida, do envolvimento da população, através de denúncias. "Aproveitar esta oportunidade para apelar à população para continuar a colaborar da mesma maneira que tem estado a colaborar (Anacleto, 01.06.2020).

Imediatamente após os ataques, o Presidente Filipe visitou a província de Cabo Delgado onde se deslocou para uma reunião com diversas patentes militares e os ministros da Defesa e Interior. Nyusi visitou a vila de Mueda e outros distritos. Após o encontro com os militares, Nyusi deu uma entrevista onde afirmou que as últimas batalhas foram enormes mas muito produtivas, dado que foram abatidos quadros seniores (cabecilhas) dos grupos terroristas que têm atacado a província de Cabo Delgado (LUSA, 31.05.2020). Na ocasião, Nyusi elogiou as FDS pela firmeza e bravura

no esforço do combate ao grupo terrorista e afirmou que os resultados das operações militares são encorajadores. Segundo o chefe de estado, o abate de quadros superiores do grupo terrorista contribuiu para a elevação do moral das FDS (Notícias, 01.06.2020d).

Nhuntumbo (22.05.2020), considera que a situação em Cabo Delgado continua instável e que a entrada da DAG não parou as incursões dos insurgentes, que continuam a aterrorizar o norte de Moçambique. Na opinião do autor, os terroristas não foram encurralados como se propalava mas sim adoptaram uma nova tática. Com a entrada DAG, os insurgentes terão se colocado, estrategicamente, na defensiva, realizando apenas pequenas operações para espalhar a tropa. De facto, Cabo Delgado permaneceu tenso, com os insurgentes passando de um ataque em larga escala ao distrito de Macomia, há duas semanas, para ataques menores e mais dispersos. Ao todo, o início do mês de Junho foram registados quatro ataques insurgentes, nos quais pelo menos seis pessoas foram mortas, todas civis. O primeiro ataque registado na semana passada ocorreu em Imbada, no distrito de Meluco, no dia 3 de junho. No mesmo dia, insurgentes dispararam contra um grupo de refugiados que tentavam retornar a Macomia. O incidente ocorreu próximo ao entroncamento da ADPP, no distrito de Quissanga, no dia 5 de junho, insurgentes mataram dois pescadores em uma praia perto de Ulo, no distrito de Mocimboa da Praia, enquanto tentavam alcançar o barco de pesca encalhado pela maré baixa (ACLED, Cabo Ligado Semanal: 1-7 JUNE 2020).

De com a Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), uma organização não-governamental (ONG) norte-americana que se dedica a análise a conflitos militares em várias partes do globo, as Forças de Defesa e Segurança moçambicanas (FDS) demonstraram naquele período uma baixa eficácia combativa e evidenciavam pouca predisposição para enfrentar a rebelião. Na opinião da ACLED, falta às autoridades moçambicanas uma estratégia mais holística, que incorpore a abordagem securitária e a colaboração com as comunidades locais. Lima (17.04.2020), levanta várias hipóteses para justificar o descalabro da actuação das FDS em Cabo Delgado: na opinião daquele jornalista, um dos problemas resulta da falta de meios nas FADM resultante do desmantelamento da capacidade bélica do Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra, 2) da falta de investimento nas FADM para a aquisição de

novos meios, principalmente no memento em que o país sofre cortes orçamentais derivados do caso das Dividas Ocultas, 3) falta de liderança e disciplina nas unidades militares. De acordo com Lima (17.04.2020), Uma rebelião que começou com catanas, facas, arcos e flechas tem hoje armas automáticas, lança-rockets RPG-7 e algumas bazucas. Mas, independentemente de relatos algo fantasiosos, os grandes abastecedores de equipamento bélico e fardamento à rebelião em Cabo Delgado é feito a partir dos paióis e acampamentos tomados de assalto às FDS.

AGRAVAMENTO DA VIOLÊNCIA MILITAR NO CENTRO EM MOÇAMBIQUE

Depois de um curto interregno, Mariano Nhongo e os seus homens, que formam um grupo de dissidentes da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO, o maior partido da oposição), voltam a atacar e com uma maior frequência, num curto espaço de tempo. Em menos de 48 horas, efectuaram três ataques contra autocarros entre as províncias centrais de Manica e Sofala. As acções do dia 2 de Abril resultaram em cinco feridos e a acção do dia 3 de Abril fez um morto e quatro feridos (Issufo, 6.04.2020). No dia 6 de Abril, Um cidadão Vietnamita ligado a uma empresa madeireira foi decapitado, num ataque violento contra um estaleiro em Matarara, no interior de Manica. O ataque foi atribuído e reivindicado pela autoproclamada Junta Militar da Renamo. O ataque ocorreu no dia 6 de Abril. De acordo com a fonte, os ataques armados ocorrem nos distritos de Gondola, na Província de Manica e nos distritos de Nhamatanda e Gorongosa, na província de Sofala (Catueira, 10.04.2020).

No 11 de Maio um grupo de homens armados protagonizou mais um ataque armado na região de Mutindiri, na zona de separação entre as províncias de Sofala e Manica, tendo resultado no ferimento de seis pessoas, que seguiam viagem num autocarro de passageiros com destino a cidade de Quelimane. Uma sequência de ataques armados protagonizados no dia 17 de Maio contra três autocarros provocou um morto e três feridos graves no centro de Moçambique, Os três autocarros foram crivados de balas, quando circulavam no Inchope, o principal cruzamento rodoviário do centro de Moçambique. O ataque aos três autocarros acontece depois de um longo interregno nos ataques no troço entre Inchope e Gorongosa, uma das zonas afectadas por incursões armadas atribuídas pelas autoridades à

autoproclamada Junta Militar da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), liderada por Mariano Nhongo (JORNAL TXOPELA, 18.05.2020).

2 IMPACTOS DA COVID-19, DO TERRORISMO NO NORTE E DA VIOLÊNCIA MILITAR NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE

IMPACTO ECONÓMICO DA COVID-19

- Como considerado e dito nas diferentes análises económicas, a pandemia já causou danos incalculáveis na economia nacional. Com as pessoas fechadas em suas casas, a indústria, o comércio e o turismo, praticamente paralisados, muitas empresas somaram prejuízos astronómicos. O Standard Bank prevê que Moçambique irá observar uma rápida e profunda desaceleração da actividade económica. O banco prevê ainda uma desaceleração ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). De facto, a economia já sofre uma profunda contracção.
- De acordo com o Notícias (9.05.2020b), o sector da Indústria transformadora perde 4 mil milhões de meticais por mês, de receitas. De acordo com o CTA, as perdas estão relacionadas com a redução do nível de produção em mais de 70%, que resultou na queda da facturação das empresas numa média de 60%, com destaque para a indústria de bebidas alcoólicas, açúcar, óleos e sabões. A causa dessas perdas se devem a redução da produção por causa da redução da massa laboral para um terço e da contracção da procura agregada que se deve à redução da renda das famílias;
- Pandemia da Covid-19 atirou o sector de hotelaria e turismo para um estado de letargia em Moçambique. Cerca de 21 mil postos de trabalho estão em risco, devido ao encerramento de estabelecimentos de diversão e lazer. Sete mil trabalhadores foram despedidos, outros sete mil têm contratos suspensos e cerca de seis mil foram remetidos para férias (Nhaca, 29.05.2020). Um estudo da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) aponta que o sector do turismo teve perdas na ordem de 53 a 71 milhões de dólares (49 a 65 milhões de euros) de um total de perdas de

234 a 375 milhões de dólares (216 a 347 milhões de euros) em todo o sector empresarial do país (Zambeze, 09.04.2020b);

- De acordo com Jorge Fernandes, Presidente da Associação Comercial da Beira, até 9 de Maio de 2020, 60% de empresas de diferentes áreas estavam em risco de falência em face da derrapagem económica provocada pela COVID-19. Muitas empresas viram-se obrigadas a paralisar suas actividades (Notícias, 9.05.2020b). Com efeito, o Ministério do Trabalho e Segurança Social anunciou, em início de Abril, que pelo menos 187 empresas encerraram as suas actividades;
- Um aspecto a considerar e que terá impacto na economia de Moçambique é que, com a recessão económica na República da África do Sul, haverá uma redução significativa das remessas pessoais do exterior;
- De acordo com a empresa Aeroportos de Moçambique, a empresa perde dois milhões de dólares por causa COVID-19. De acordo com a fonte, a empresa tem uma dívida que ronda os 235 milhões de dólares americanos à banca que por causa da crise não poderia pagar. Para atenuar os efeitos a empresa propõe-se a negociar com a banca para reestruturar a dívida (Zambeze, 09.04.2020d); e
- Fáusio Mussá, economista-chefe do Standard Bank alertou para a continuação da desvalorização do Metical face ao Dólar. Por sua vez, o Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), uma das grandes consequências da COVID/19 foi a acelerada desvalorização do metical cujas consequências podem ser o agravamento da insustentabilidade da dívida pública resultante do encarecimento do serviço da dívida pública pelo encarecimento das importações de produtos e serviços (Savana, 01.05.2020).

Apesar das enormes perdas resultantes do COVID-19, alguns aspectos positivos foram registados, tais como:

- O *lockdown* imposto pela África do Sul trouxe externalidade positivas para Moçambique, uma vez que levou a que os portos moçambicanos passassem a manusear produtos dos países do interland que deixaram de usar os portos sul-africanos. A título de exemplo, os portos moçambicanos

passaram a manusear cobre e cobalto provenientes da RDC para a China (Notícias, 09.05.2020c); e

- Muitos vendedores informais deixaram de vender seus produtos tradicionais e passaram a dedicar-se exclusivamente ao negócio das máscaras de fabrico caseiro. O nível de procura implicou no aumento de nível de vendas destes informais, contribuindo dessa maneira para o aumento dos lucros dos negócios informais. As alfaiatarias tornaram fabriquetas onde a produção de máscaras em grande escala permitiu boas margens de lucro para os alfaiates e os revendedores informais;

Como consequência dos impactos negativos do COVID-19, a confederação das associações económicas (CTA), pediu a redução de 50% na taxa de electricidade da Electricidade de Moçambique (EDM), para que as empresas possam fazer face aos impactos da pandemia da COVID-19. As empresas consideram que o desconto de 10% aprovado pelo governo não era suficiente para apoiar as empresas que estavam a registar perdas avultadas. No pedido, o sector empresarial pede que a redução seja por um período de seis meses (Notícias, 01.06.2020c). O pedido do sector surge após o governo ter anunciado a redução da tarifa social de energia para clientes mais vulneráveis das zonas mais recônditas em 50%.

Por sua vez, empresários associados a FEMOCOS (Federação do Comércio e Serviços) pediram ao governo para que influenciasse o sector bancário nacional para: 1) conceder créditos com taxas de juros acessíveis para ajudar a aliviar os impactos negativos do COVID-19; 2) estender o período de contrato de crédito com as empresas. Para além das medidas a serem adoptadas pela banca a associação pedia para que o governo: 1) suspenda o cumprimento dos prazos das obrigações fiscais até 31 de Dezembro do presente ano; 2) isente aos empresários do pagamento do Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Singulares (IRPS) da primeira categoria e que o da segunda categoria seja pago pela metade; 3) reduza em 50% o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) até o final do ano; 4) isente na totalidade os pagamentos por conta especial referente ao exercício económico de 2019; 5) Fraccione os pagamentos ao Instituto de Segurança Social (INSS), sem juros e multas; 6) prorogue os pagamentos referentes aos seguros de acidentes de trabalho; 7) apoie na comercialização de milho, soja,

feijão e outros cereais; 8) faça excepções a medida sobre um terço de trabalhadores permitidos nas empresas para evitar quedas acentuadas na produção (Notícias, 12.05.2020c).

IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL DO TERRORISMO

- De acordo com a Ministra do Mar, Pescas e Águas Interiores, Augusta Maita, devido aos ataques armados dos terroristas em Cabo Delgado a produção pesqueira reduziu comprometendo as previsões do sector das pescas que indicavam a captura este ano de pouco mais de 37 mil toneladas de pescado diverso. De acordo com a dirigente, o facto se deve a acções terroristas que incidem sobre os considerados maiores produtores de pescado em Cabo Delgado: Mocimboa da Praia, Macomia, Palma e Ibo (Notícias, 10.06.2020);
- Sendo um dos maiores destinos turísticos de Moçambique, o agravamento do terrorismo em Cabo Delgado tem estado a afectar severamente o sector que tem registado uma redução drástica da demanda também associada aos impactos negativos do COVID-19;
- A indústria dos transportes ao nível da província de Cabo Delgado também ficou bastante afectada, principalmente quando o grupo terrorista passou a controlar sectores da rodovia que liga Pemba a Palma. Os insurgentes tinham ocupado um troço da Estrada Nacional Número 380 na aldeia de Miangalewa, a leste de Muidumbe na semana passada (Nhamossa, 29.05.2020). Várias carreiras destinadas a Palma foram canceladas; e
- Em termos de impactos sociais, regista-se o avolumar do número de deslocados e o esvaziamento total ou parcial de várias aldeias que contribuíam sobremaneira para o rendimento da província. As consequências do deslocamento das populações sobre a economia dos locais de acolhimento é também um aspecto a ter em consideração porque obriga a uma ginástica financeira ao nível dos governos provinciais e distritais. Associado ao facto, o desembolso de fundos para a assistência humanitária terá implicações adicionais sobre as despesas do

governo central.

3 PROGRESSOS REGISTRADOS NA LUTA CONTRA A COVID-19, NO COMBATE AO TERRORISMO E NO PROCESSO DE DDR DA RENAMO

PROGRESSOS REGISTRADOS NA LUTA CONTRA O COVID-19

No âmbito da campanha de prevenção e combate contra a COVID-19, Moçambique registou passos positivos tais como:

- O governo disponibilizou cerca de 1.6 mil milhões de meticais para o financiamento de Pequenas e Médias Empresas (PME), no âmbito dos esforços para reduzir os impactos da COVID-19 no sector empresarial. Deste valor, 600 milhões serão geridos por uma instituição bancária que vai abrir linhas de crédito para os empresários. Os restantes mil milhões estarão sob a responsabilidade do Ministério das Finanças;
- Campanhas de sensibilização e educação cívica mais intensivos e abrangentes. A título de exemplo, o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Superior através do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o desenvolvimento comunitário (CITT), em coordenação com o Instituto de Comunicação Social (ICS), lançou o programa radiofónico “Conhecimento que nos pode salvar” que é transmitido em línguas nacionais, visando a intensificação de medidas de educação para as comunidades e difusão de mensagens de prevenção à Pandemia da COVID-19. Com duração de 3 meses o programa será transmitido em 21 línguas nacionais por 60 rádios comunitárias (Notícias, 2 de Julho de 2020);
- Pulverização de recintos e transportes públicos. As campanhas de sensibilização e trabalhos de pulverização dos espaços públicos mostram o comprometimento do estado na luta contra a COVID-19;
- A TMCcell lançou um pacote de internet denominado (estuda em casa) cujo objectivo é permitir que os estudantes tenham internet acessível;
- Os hospitais moçambicanos viram

aumentadas as suas capacidades para atender doentes com COVID-19 visto que enfermarias foram apetrechadas e foram criadas áreas de isolamento;

- Vários centros de saúde do estabeleceram serviços de pré-triagem de casos de gripes e infecções respiratórias;
- O Ministério da Saúde introduziu consultas médicas via telefone com o intuito de reduzir a mobilidade de pessoas e o risco de propagação do COVID-19 nas unidades sanitárias do país. O serviço, que se encontra disponível na linha (Alo Vida) permite ao paciente entrar em contacto com um clínico que faz o diagnóstico da doença e faz a prescrição de medicamentos sem que o doente se desloque ao centro de saúde (Notícias, 06.05.2020);
- Após a interrupção das aulas presenciais, o sector da educação apostou no ensino bilingue pela rádio e televisão com ajuda da ADPP. Os programas de ensino bilingue são transmitidos por rádios comunitárias e pela televisão. As aulas são transmitidas nos distritos onde o projecto “comida para o saber” está a ser implementado (Manhiça, Magude, Matutuine e Moamba). Participam no projecto a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique;
- O governo moçambicano vai apoiar com um subsídio mensal de 1500 meticais a cerca de 990 mil pessoas no âmbito da mitigação dos efeitos da COVID-19. A assistência será dada a pessoas economicamente desfavorecidas, bem como a milhares de trabalhadores que perderam emprego por causa do cancelamento temporário dos seus contractos ou pelo encerramento das suas empresas. O apoio será garantido por um período de seis meses através do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) (Notícias, 2 de Junho de 2020);
- Várias empresas, partidos políticos, organizações não-governamentais, organizações religiosas e filantrópicas, bem como particulares tem feito ofertas de material de protecção como máscaras (medicinais e artesanais), luvas, baldes, sabão, roupa usada e outros itens, no âmbito dos esforços de prevenção do contágio e propagação da COVID-19. As ofertas recaem sobre a população vulnerável, membros da PRM e

profissionais de saúde;

- O sector da saúde criou uma equipa de fiscalização em coordenação com a polícia de trânsito (PT), Instituto Nacional de Transportes Terrestres (INATTER) e a Polícia Municipal, para o controlo do uso de máscaras nos transportes públicos;
- A PRM também foi engajada para fiscalizar o cumprimento das medidas de emergência decretadas pelo presidente da república no que concerne ao encerramento dos estabelecimentos comerciais nas horas estipuladas pelo estado. As penalizações impostas pela polícia estão a contribuir para a maior consciencialização e obediência por parte dos comerciantes;
- A presença permanente de efectivos da Polícia Municipal à entrada de alguns mercados tem contribuído para o cumprimento obrigatório do uso da máscara pelos vendedores e clientes;
- As autoridades governamentais estão a exortar os líderes tradicionais, comunitários e religiosos para intensificarem as campanhas de sensibilização de modo a prevenir a propagação do COVID-19 junto as comunidades;
- Várias barracas foram destruídas e/ou removidas pelos proprietários em cumprimento de uma decisão do conselho municipal em Maputo, Matola e outras cidades do país. O processo tem em vista acabar com os focos de venda e consumo de bebidas alcoólicas neste período de estado de emergência;
- O Hospital Central da Beira (HCB) instalou cabines para a recolha de amostras em doentes suspeitos de COVID-19. A infraestrutura destina-se a conferir maior segurança aos profissionais de saúde, uma vez que através a cabine estabelece uma barreira que impede o contacto directo entre o técnico e o paciente. Pelo facto de ser móvel, a mesma facilita a testagem em massa. A iniciativa foi financiada pelo SOS-Coronas, uma organização da sociedade civil (Notícias, 12.05.2020);
- Várias empresas nacionais passaram a desenvolver álcool em gel, permitindo a redução dos custos de aquisição do álcool importado. A produção nacional permitiu a redução da dependência externa e colmatou a

escassez deste produto no mercado nacional (Savana, 22.05.2020); e

- Segundo o Notícias (12.05.2020d), a província de Cabo Delgado terá um laboratório de testagem construído de raiz. Trata-se de um investimento do governo e da empresa Total de Moçambique. No mesmo processo será reabilitado e apetrechado um centro de isolamento de doentes vítimas de Covid-19.

De acordo com o Instituto Superior de Saúde (INS), o país tem estado a registar números satisfatórios de pessoas recuperadas, com um cumulativo de 91 pessoas recuperadas da infecção da COVID-19 até o dia 01 de Junho de 2019. Outro registo animador é o facto de grande parte dos casos de COVID-19 em Moçambique representarem pessoas assintomáticas ou com sintomas leves e moderados, obrigando somente ao isolamento domiciliário e não ao internamento. Essa situação tem aliviado a pressão que se previa sobre os serviços de saúde que não enfrentam grande procura nem enchentes.

PROGRESSOS REGISTRADOS NO COMBATE AO TERRORISMO

No âmbito da campanha de combate ao terrorismo, Moçambique registou passos positivos tais como:

Os progressos no combate ao terrorismo são bem visíveis não só pelo número de terroristas abatidos como também pela reconquista de zonas que haviam caído nas mãos dos terroristas. A ofensiva das FDS está a obrigar ao grupo terrorista a recuar. Todavia, grupo se dividiu em várias facções fracamente controladas e geograficamente dispersas para dificultar a ofensiva das FDS e obrigar a sua dispersão. Normalmente, quando grupos insurgentes, terroristas ou rebeldes ficam acucados ou se encontram em desvantagem militar dividem o grupo em pequenas unidades de 5 a 10 membros no máximo para agirem de forma dispersa e causarem confusão e desorientar às forças armadas. Trata-se de um procedimento normal que não pode causar pânico nem desorientar as acções de contra-insurgência. Obviamente, o aumento dos ataques dos terroristas num momento em que sofrem uma pressão das FDS era previsível.

Grande parte dos progressos que as FDS moçambicanas tiveram na luta contra o terrorismo em Cabo Delgado ficou a dever-se ao uso de empresas militares privadas (PMC- Private Military Company)

que operam sistemas aéreos (Helicópteros e Drones) em operações conjuntas com as FDS. Em reacção ao uso DAG, vários órgãos de informação levantaram questionamentos e críticas negativas em relação a opção governamental, tendo alguns defendido a necessidade da retirada destas empresas imediatamente. Os órgãos de informação alegam ainda que existe uma corrida das empresas mercenárias para oferecerem serviços ao estado Moçambicano em troca de contractos lucrativos pois elas estão conscientes das enormes dificuldades que Moçambique enfrenta para desencadear acções de combate ao terrorismo. A questão que se levanta é: Como é que Moçambique irá fechar a lacuna do suporte aéreo que as empresas militares privadas dão? Quem irá preencher essa lacuna? A retirada das empresas mercenárias não significa que as forças de segurança de Moçambique serão capazes de fornecer segurança às regiões que são afectadas pelo terrorismo em Cabo Delgado. A última questão a fazer é: teria Moçambique outra alternativa senão o recurso a PMCs, em face da urgência e elevado risco que os terroristas impunham sobre as populações de Cabo Delgado?

Vários analistas ventilaram a necessidade de Moçambique pedir apoio a países amigos todavia essa opção iria revelar-se lenta e favoreceria aos terroristas. Normalmente governos e organizações demoram a tomar decisões de envio militar porque tais decisões precisam ser sancionadas pelos parlamentos ou por outra qualquer burocracia governamental ou regional, no caso das organizações regionais. Esse tempo não responderia as necessidades de Moçambique. Contrariamente a estados e organizações, as PMCs podem ser rapidamente destacadas para a zona de combate bastando para isso que se assine um contrato de trabalho. Evidentemente, a opção por PMCs deve ser de curto a médio prazo enquanto soluções mais duradoiras são implementadas, tais como a colaboração com exércitos aliados ou o fortalecimento daquilo que Maquiavel chama de “armas próprias”.

A condenação ao uso de PMCs, vulgarmente denominados mercenários pela imprensa moçambicana não leva em consideração dois aspectos: o primeiro é que o uso de PMCs tornou-se uma prática comum no sistema internacional onde o seu emprego é feito tanto por estados fracos como por

superpotências como os EUA, Rússia e Reino Unido; o segundo é o facto de que contratar mercenários não é, por si só, uma acção negativa ou positiva pois, tudo depende do contexto, do actor a ser contratado e da ameaça a ser combatida. A terceirização de serviços de segurança para agências privadas não é *a priori* mau como se pretende transmitir (Tzifakis, 2012: 14-15). Na verdade, vários países possuem vários níveis de terceirização de serviços de defesa e segurança para empresas. A divisão analítica mais comum é entre empresas de segurança privada (PSCs- private security companies) e empresas militares privadas (PMCs- private military companies). A primeira categoria, PSCs, é especializada na prestação de serviços de proteção a ativos e/ou pessoas (tais como a G4S, a Delta, Protege, etc). A segunda categoria compreende as empresas que participam em operações militares ou operações de suporte às operações militares.

Por causa do seu envolvimento activo em combate, as PMCs são normalmente designadas empresas mercenárias, sendo que o termo mercenário aparece com uma conotação pejorativa devido ao esforço de banimento desta actividade pela comunidade internacional. De acordo com o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e relativo à Protecção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais (Protocolo I), Adoptado a 8 de Junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos conflitos armados, o termo «mercenário» designa todo aquele que: 1) Seja especialmente recrutado no país ou no estrangeiro para combater num conflito armado; 2) De facto participe directamente nas hostilidades; 3) Tome parte nas hostilidades essencialmente com o objectivo de obter uma vantagem pessoal; 4) Não é nacional de uma Parte no conflito, nem residente do território controlado por uma Parte no conflito; 5) Não é membro das forças armadas de uma Parte no conflito; e 6) Não foi enviado por um Estado que não é Parte no conflito, em missão oficial, na qualidade de membro das forças armadas desse Estado. O que importa referir é que a actividade mercenária não foi extinta mas sofreu transformações positivas como a criação de empresas legalmente estabelecidas, reconhecidas e respeitadas.

Portanto, as PMCs, são entidades comerciais

privadas que fornecem serviços militares e/ou de segurança num vasto leque de áreas:

- Guarda armada, vigilância e protecção de pessoas (escolta armada Mobil), propriedades, instalações e objectos em ambientes complexos (como comboios, prédios e outros locais);
- Assessoria de segurança e aconselhamento;
- Treinamento de forças locais e pessoal de segurança bem como militares;
- Vigiar, cuidar e transportar prisioneiros; operação de instalações prisionais; e auxiliar na operação de campos para prisioneiros de guerra ou detidos civis,
- Apoio operacional ou logístico às forças armadas ou de segurança;
- Operar e manter sistemas militares tecnologicamente avançados, para os quais a maioria do pessoal militar das Forças Armadas nacionais não possui o treinamento adequado;
- Desenvolver actividades de inteligência, espionagem e contra-espionagem em apoio ao estado contratante;
- Análise de risco e ameaça; e
- Apoiar as forças de segurança fornecendo suporte aéreo confiável e assistência militar.
- Reestruturação e modernização de exércitos e forças policiais;
- Garantir comunicações militares;
- Fornecer transporte militar e proteger alvos estratégicos;
- Limpeza de campos minados; e
- Interrogar prisioneiros.

Segundo BENICSÁK, Existem muitos benefícios no uso dos serviços fornecidos por empresas privadas:

- O benefício mais óbvio é a flexibilidade; sem o tempo político e burocrático necessário para que os processos de tomada de decisão mobilizem forças. O uso de PMCs permite desviar a tomada de decisões do parlamento onde uma forte oposição poderia travar o engajamento militar imediato trazendo prejuízo para o restabelecimento da lei, ordem, paz e segurança;
- A capacidade de fornecer forças especializadas. Essas empresas recrutam pessoal militar e policial aposentado, já treinados e experientes. Isso facilita a contratação de pessoas com experiência específica. A maioria dos contratados é do

exército ou da polícia, principalmente membros aposentados das forças especiais ou trabalhadores com conhecimentos especiais bastante importantes em ambientes complexos. Para ter este tipo de experiências Moçambique teria de investir vários anos e teria de participar em vários conflitos;

- Devido à sua experiência, os PMCs podem alcançar maior eficácia e eficiência, resultando em altas taxas de mortes na força inimiga; e
- As PMCs podem ser incorporados nas forças governamentais e participar directamente em operações militares quer seja na Força Aérea, Exército ou Marinha de Guerra actuando como um multiplicador de forças em situações em que as Forças Armadas precisam de mais homens.

De acordo segundo Turcan e Ozpinar (2009), empresas militares privadas (PMCs), possuem capacidades táticas de guerra equivalentes às das forças armadas dos países desenvolvidos,

PROGRESSOS NO PROCESSO DE DDR DA RENAMO

Depois de sucessivos adiamentos e terem sido largamente extravasados os prazos, reiniciou no dia 05 de Junho, no Posto Administrativo de Savane, distrito de Dondo, província de Sofala, o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) do braço armado da Renamo. O relançamento do processo, foi testemunhado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, o líder da Renamo, Ossufo Momade e a comunidade internacional, que assiste o processo. Em concreto, o processo iniciou quinta-feira última, tendo o acto solene tido lugar dia seguinte (sexta-feira), assinalado pela entrega de material bélico. A retomada do processo está inserida no âmbito da materialização dos acordos assinados entre Filipe Nyusi e Ossufo Momade em Agosto do 2019 (Bata, 08.06.2020).

O processo, deverá culminar com a desmobilização de pouco mais de 5.000 mil guerrilheiros da Renamo. Ainda na passada sexta-feira, Mariano Nhongo deixou a promessa de que dias difíceis estavam por vir e que o processo ora iniciado não tinha pernas para andar. Para Mariano Nhongo, o

actual presidente da Renamo é um traidor e está a enganar a Frelimo. Nhongo assegurou que a Junta Militar da Renamo vai recuperar todas as armas que foram entregues no âmbito da implementação do DDR (Bata, 08.06.2020).

4 DESAFIOS NA LUTA CONTRA O COVID-19 E DO COMBATE AO TERRORISMO

DESAFIOS NA LUTA CONTRA O COVID-19

Desafios no sector da Saúde

- Prevalencem comportamentos de risco com os residentes a não respeitarem as medidas de prevenção como o uso de máscaras, distanciamento social e lavagem das mãos e alguns mercados e estabelecimentos comerciais não impõem as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde facto que vai obrigar a tomada de acções mais contundentes pelas autoridades;
- Um dos maiores desafios das medidas de emergência é a imposição das regras de distanciamento social (Notícias, 09.05.2020). As exigências de distanciamento social tornam-se difíceis de aplicar no uso dos transportes públicos onde se verificam paragens abarrotadas e carinhas “my love” transportando passageiros em carros superlotados;
- O Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) considera que o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE) não contemplam uma linha orçamental de contenção da covid-19. O FMO critica o que considera ser uma queda no orçamental ao sector da saúde e para a protecção social. Pelo contrário, para salvar vidas, o governo deve financiar serviços adicionais de saúde e emergência, independentemente das despesas. Os investimentos no sector de saúde e assistência social são essenciais para não apenas expandir o tratamento e limitar o número de mortes, mas também melhorar as condições de emprego e os ganhos dos profissionais de saúde e assistência social;

Desafios do sector de transportes

- Nhaca (10.04.2020), defende que a realidade no terreno mostra que algumas restrições impostas pelo estado de emergência são quase

impraticáveis no contexto moçambicano, principalmente no sector do transporte rodoviário;

- De acordo com Senda (17.04.2020), as medidas de contingência contra o Covid-19 estão longe da realidade social que se vive em Moçambique onde a maioria da população tem de trabalhar todos os dias para ganhar o seu pão diário. Na realidade, devido a fome, muitas pessoas estão a violar as decisões governamentais;

Desafios Do Sector Da Educação

- As aulas à distância ministradas através das diversas plataformas digitais impostas por causa do estado de emergência têm se revelado um autêntico fracasso, principalmente porque grande parte das instituições de ensino não possuía, até a altura da imposição do estado de emergência, condições para a condução deste modelo de ensino. A busca desenfreada por soluções tecnológicas não só revelou o enorme atraso que o sistema de educação moçambicano enfrenta para se ajustar ao uso das TICs como também revelou a completa incapacidade dos estudantes moçambicanos fazerem o acompanhamento desejado através de Laptops, PCs, Ipad ou Celulares;
- Tanto as plataformas digitais, bem como às aulas radiofónicas e televisionadas não permitem o acesso de todos os estudantes em função de parâmetros de comparação como a condição social, o local de residência, a disponibilidade de rede, entre outros. Ciente das dificuldades de muitas famílias e da necessidade de garantir educação igual para todos os cidadãos, o sector orientou as escolas a alocarem 30% do valor do Apoio Directo às Escolas para a produção e distribuição de conteúdos e fichas de exercícios para os alunos carenciados. No entanto, crianças ao nível do posto administrativo, localidades, distritos tiveram menores oportunidades de acesso do que crianças vivendo em vilas e cidades. Consequentemente, o sistema mostrou

síndromes de iniquidade, exclusão e injustiça social;

- Apesar de alguns pais e estudantes se terem deslocado para as escolas na busca de fichas de exercício, muitos estudantes foram privados de levantarem dúvidas e pedirem esclarecimento aos seus respectivos professores;
- De acordo com a Ministra da Educação, as matérias abordadas nas fichas de exercício, trabalhos de casa e outros tipos de trabalhos orientados pelo professor visam verificar o grau de assimilação dos conteúdos pelos alunos, portanto, não tem efeitos classificativos. O reajuste dos conteúdos será feito com a retoma das aulas presenciais (Notícias, 2 de Julho de 2020).
- Grande parte dos alunos se mostra completamente despreocupado com o acompanhamento das aulas online ou por outros métodos alternativos. O estado de emergência transformou-se num período de férias.

Desafios económicos

- Recuperar o apoio directo ao orçamento do estado suspenso em 2016 pelos parceiros internacionais como o FMI. A União Europeia prevê apoiar o país com 110 milhões de euros em subvenções para 2020 e 2021 como resposta de emergência face aos impactos negativos do COVID-19. Todavia, a organização não regressou ao programa de apoio ao Orçamento do Estado;
- Estimular a economia para a geração de emprego. O COVID-19 afectou os lados da demanda e da oferta do mercado de trabalho e tem enormes implicações para o pleno emprego e o trabalho decente, levando muitas famílias à pobreza. Pacotes de incentivos a criação de emprego precisam se adoptados para ultrapassar este desafio;
- Desenvolver políticas fiscais e monetárias que protejam o emprego e a protecção social é um grande desafio para o país. De acordo com a International Labor Organization (ILO), Políticas monetárias já estão permitindo que os governos ajustem suas políticas fiscais em apoio à economia,

disponibilizando grandes quantias de dinheiro público para empresas, trabalhadores e famílias para ajudá-los a superar os impactos negativos imediatos da recessão económica. As ferramentas de política monetária devem continuar sendo usadas para facilitar as condições financeiras e aliviar as restrições de liquidez, dando aos governos o espaço fiscal necessário para apoiar a continuidade dos negócios e a renda familiar;

- Algumas ferramentas que podem ajudar a recuperar a economia incluem o aumento dos gastos do governo em infra-estruturas, isenções fiscais, empréstimos do sector público, injeções de capital em empresas e garantias de empréstimos. Esse apoio direccionado pode assumir a forma de alívio financeiro, resgate, ponte de empréstimos ou doações. Para os países pobres que não possuem mecanismos financeiros suficientes, a ILO recomenda que Investir em programas públicos de emprego pode ser parte da resposta à crise nos países em desenvolvimento;

DESAFIOS DO COMBATE AO TERRORISMO

Desafios do Apoio Humanitário

- Garantir a assistência humanitária a todos os deslocados internos. Os deslocados de Cabo Delgado colocam um grande desafio na disponibilização de tendas e mantimentos para a sua sobrevivência nas zonas onde buscam refúgio. A movimentação da população em massa começou em princípios de Abril passado, depois de intensos ataques nas vilas de Mocimboa da Praia, Muidumbe, Macomia e Quissanga, por parte dos terroristas. Algumas famílias deslocadas dos distritos costeiros de Cabo Delgado refugiaram-se em Pemba, ou nos distritos da região do Planalto e no sul de Cabo que até agora permaneceram fora da zona de conflito. Para além dos distritos de Cabo Delgado, os distritos de Nacaroa e Meconta na Província de Nampula são mais procurados pelos deslocados por causa da forte presença de Macondes naqueles distritos. Nos locais de refúgio, as populações dirigem-se para os centros de acolhimento, arrendam casas com seus meios, vão para a casa de familiares ou

refugiam-se em casas de pessoas predispostas a dar abrigo. Perante o movimento massivo de chegada de deslocados, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades e parceiros do Governo de Moçambique viram-se na contingência de prestar apoio aos afectados, disponibilizando kits de abrigo e produtos alimentícios (O PAÍS – 31.05.2020). Todavia, os deslocados lamentaram a falta de alimentos e utensílios domésticos que consideram essenciais para levarem uma vida normal nos locais de acolhimento. Uma pesquisa da ONU constatou que três quartos dos deslocados internos não receberam assistência humanitária (ACLED, Cabo Ligado Weekly: 1-7 JUNE 2020).

- Ampliar ou construir novos centros para albergar os deslocados internos. O governo estabeleceu cinco novos centros de deslocados internos no sul de Cabo Delgado para ajudar a acomodar pessoas que fogem da violência, mas os centros já estão sobrecarregados. Construídos para abrigar 6.000 pessoas, actualmente eles detêm mais de 18.000 (Zitamar News, 18 de maio de 2020).
- Proteger os centros criados para albergar os deslocados internos. Os centros de deslocados internos representam um novo problema para o governo. Quatro desses novos centros estão no distrito de Quissanga, onde os ataques têm sido frequentes. Embora os insurgentes não tenham atacado os principais centros de deslocados internos até agora, eles são um alvo convidativo, pois são importantes infra-estruturas governamentais, contêm ajuda alimentar pronta para saques e provavelmente abrigam civis que a insurgência suspeita que colaborem com o governo (ACLED: Cabo Ligado Weekly: 18-24 May 2020).
- Garantir a segurança ao pessoal de apoio humanitário- De acordo com a ACLED, os grupos humanitários internacionais que estão a prestar serviços básicos aos civis em Cabo Delgado estão a enfrentar dificuldades para exercer as suas actividades devido as operações militares em curso. De acordo com aquela organização, a fragilidade do domínio do governo em áreas que ostensivamente controla dificulta a permanência de civis e trabalhadores humanitários na zona de conflito. Por exemplo, apesar do governo ter reconquistado Macomia, os Médicos Sem Fronteiras (MSF) anunciaram

em 5 de Junho que se retirariam da cidade como resultado do ataque (Zitamar News, 5 de junho de 2020). A MSF mantinha 27 funcionários apoiando o centro de saúde local. A organização fez o mesmo com sua operação em Mocimboa da Praia após a ocupação insurgente em Março (ACLED, Cabo Ligado Weekly: 1-7 JUNE 2020).

Desafio da Defesa dos Direitos Humanos

- Evitar que as operações de combate ao terrorismo venham a inflamar a opinião pública doméstica e internacional na razão da ocorrência de abusos aos direitos humanos. A avaliação das operações pela Amnistia Internacional (AI) está preocupada com as violações dos direitos humanos decorrentes do combate contra o terrorismo levado a cabo pelas FDS moçambicanas. Segundo aquela organização, a resposta tem sido inadequada porque os civis suspeitos de serem extremistas e jornalistas que relatavam os ataques foram sujeitos a intimidação, prisão e detenções arbitrárias, tortura e outros maus tratos, e até mesmo execuções sumárias. Na mesma comunicação, a AI refere que jornalistas e investigadores foram hostilizados, intimidados, presos e detidos por noticiarem o conflito em Cabo Delgado. (Zambeze (09.04.2020b);
- Evitar prováveis ressentimentos das populações locais, que foram obrigadas a abandonar suas aldeias em razão das operações militares conduzidas pelas FDS pois podem ser aproveitadas e manipuladas pelos terroristas para mobilizar as populações a fazerem queixas contra o governo e aproximar as populações aos terroristas;

Desafio da reestruturação das Forças de Defesa e Segurança

- De maneira mais geral, Moçambique terá de reformulação e reestruturar toda a sua de sua estrutura e infra-estrutura de segurança nacional, começando pelas forças armadas para combaterem insurgências complexas. Isso significa que Moçambique deve remodelar suas forças militares em todos os níveis, começando pelos seus

elementos estratégicos, doutrinários, treinamento, táticos, qualidade dos seus recursos humanos e dos seus equipamentos. Para que possa fazer um trabalho sustentável no combate ao tipo de terrorismo de guerrilha que Moçambique vive, conceitos, normas, procedimentos e acções devem estar completamente interligadas. Todo esse esforço visa garantir recursos militares suficientes para derrotar a insurgência;

- Moçambique subestimou sistematicamente a escala de sucesso insurgente e crescente controle e influência sobre a população e o campo afegão. Moçambique não pode subestimar a capacidade de resistência desses grupos nem pode duvidar da sua capacidade de aprender e melhorar suas capacidades operacionais e táticas. Estes grupos são comandados por guerrilheiros altamente treinados;

O desafio de Limpar, tomar posse e construir

- Apesar da insurgência armada ter características diferentes dependendo dos actores envolvidos, a teoria da contra-insurgência defende uma abordagem de combate que pode ser aplicada em qualquer lugar e a qualquer momento. Essa abordagem é chamada de Clear-Hold-Build, (Limpar, tomar posse e construir). A estratégia de Clear, Hold and Build, permanece a abordagem dominante da contra-insurgência ao nível internacional (David, 2013). A abordagem envolve a limpeza de território contestado por meio de operações militares e/ou policiais e a manutenção desse território para isolá-lo e defendê-lo da influência insurgente. A fase de construção, finalmente, envolve actividades económicas, de desenvolvimento ou relacionadas à governança, destinadas a aumentar a legitimidade das Forças Armadas e do governo que eles representam. Feito com sucesso, a construção de posse segura permite ao governo aumentar o território sob seu controle enquanto os insurgentes perdem tanto o espaço físico e o apoio da população sem os quais podem ser facilmente derrotados (Ucko, David H. (7.11.2013). De acordo com Ucko, David H. (7.11.2013) em termos teóricos a estratégia de clear-hold-build parece fácil mas a sua implementação é difícil.

- **O primeiro problema prende-se com as operações de clear (limpeza).** O facto é que Moçambique está a conduzir uma campanha de contra-insurgência e contra terrorismo sem condições financeiras, humanas e materiais. A falta de mobilidade tática por meios aéreos e a falta de suporte aéreo para vigilância e patrulhamento, bem como a falta de aviões de ataque ao solo e aviões bombardeiros tornam as operações ineficientes porque apesar de se abaterem terroristas, não existem unidades militares prontamente despachadas para o local para terminarem a limpeza. Para além disso, a limpeza envolve a capacidade de obter informações sobre as dinâmicas internas e externas do conflito. Moçambique ainda não conseguiu identificar a estrutura de interesses envolvidos no terrorismo de Cabo Delgado. Enquanto o país não for capaz de identificar e compreender as diversas redes de interesses locais, nacionais, regionais e internacionais que coabitam na promoção do terrorismo em Cabo Delgado, os ganhos de hoje poderão reverter-se em perdas de amanhã. Em verdade, as acções de limpeza estão a trazer frustração devido aos interesses que alimentam o grupo terrorista. Moçambique ainda não conseguiu entender a natureza da insurgência que enfrenta em Cabo Delgado, principalmente o sistema de recrutamento, os mecanismos de entrada de armamento, o sistema logístico, os mecanismos de pagamento dos terroristas, a aliança civil-militar estabelecida entre os terroristas e as comunidades, entre outros. Até hoje, Moçambique não consegue desenvolver uma abordagem civil coerente para incentivar a desradicalização, interromper o recrutamento;
- **O segundo problema prende-se com o Hold (manter o controlo).** Na verdade, não é fácil consolidar os ganhos das forças de segurança e ampliar o controlo sobre um território contestado por uma força adversária. Em muitos casos, os comandantes conquistam um determinado território e perdem o controlo desse território numa contra-ofensiva adversária. Em outras palavras, o maior desafio das FDS não é limpar um território mas sim, mantê-lo. Para

manter o território e impedir a re-infiltração de terroristas é necessário que se estabeleça, em curto espaço de tempo, um sistema de segurança maciço que envolva a presença permanente das forças armadas e forças policiais em número e poder militar suficiente para repelir qualquer ataque. Neste caso, devem ser forças territoriais defensivas destacadas em pontos estratégicos e divididas em quartéis fortificados com sistemas de trincheiras e *bunkers* que facilitem sua defesa, bem como acompanhados de torres de observação. Forças ao nível de companhia estariam em melhores condições de impor maior resistência e desenvolver contra-ataques no perímetro das vilas e cidades mais atacadas pelos terroristas. A par do destacamento de forças policiais e militares, agendes secretos em número suficiente devem ser destacados para as mesmas posições;

- **O terceiro problema prende-se com o build (construir ou reconstruir). Na verdade, construir implica na adopção de acções de curto, médio e longo prazo.** A médio e longo prazo, o conceito de construir está muitas vezes relacionado com a construção de sistemas administrativos, sistemas de governo, edificação de infra-estruturas económicas e sociais e outras actividades que beneficiam as populações locais. Todavia, o conceito de construir que defendemos aqui refere-se ao curto prazo, não é na vertente de infra-estruturas civis (económicas e sociais) mas sim na vertente exclusivamente militar. É preciso ter em consideração que a construção de infra-estruturas económicas e sociais no meio de uma guerra não produzem os efeitos desejados porque o clima de insegurança não é propício a construção de escolas, hospitais e mercados, por exemplo. Mas a construção de infra-estruturas militares como quartéis fortificados, trincheiras fortificadas, armazéns para armamentos e reserva logística, construção de cadeias, centros de treinamento militar, bases e acampamentos, pistas para manobras aéreas são acções que normalmente são executadas em tempo de guerra, envolvendo na maioria das vezes, pessoal militar (engenheiros e soldados) e vários civis (normalmente locais) estacionados em acampamentos protegidos pelas forças militares. O civil, para além de

estar a trabalhar para o seu sustento estará a ajudar nas tarefas de defesa e segurança assim como seria mantido longe do alcance dos grupos mobilizadores da força terrorista. O conceito de quartéis fortificados não é novo na história de Moçambique. As FAM-FPLM construíram quartéis fortificados praticamente impenetráveis ao longo da fronteira com a Rodésia quando o país era alvo de invasões militares da Rodésia. A derrota militar da Força rodesiana em Mapai (durante a operação Uric) e em Chimoio (durante a operação Miracle) só foi possível por causa do moderno sistema de defesa que tinha sido construído com assessoria soviética. Em ambas ocasiões os rodesianos usaram a força aérea e o exército mas foram vigorosamente repelidos.

Desafio do investimento nas FDS

- O permanente desafio do governo moçambicano está em convencer a sociedade moçambicana de que é preciso investir dinheiro nas FDS, principalmente quando existe uma forte oposição de um grupo de pressão composto, entre outros, pela imprensa independente. O Jornal Carta de Moçambique publicou em 15 de Abril de 2020 um artigo em que denunciava a primazia que o governo dava aos sectores castrenses argumentando que estes continuavam com a “fatia de leão” em detrimento dos sectores sociais. Na ocasião, aquele órgão de informação disse que “Os sectores repressivos do Estado continuam a merecer particular atenção nos sucessivos Orçamentos do Estado do governo da Frelimo, não sendo o do presente ano, 2020, uma excepção. Os chamados sectores sociais, tidos como vitais para o desenvolvimento do país, continuam sendo os parentes pobres”. Dizia ainda que o Ministério do Interior tinha uma posição de destaque pois iria receber do Orçamento do Estado 15.616.851 mil Mts. Igualmente, com orçamentos “simpáticos” estão as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) que irão receber, cada, 8.242.141 mil Mts e 2.574.981 mil Mts, respectivamente”. Da mesma forma, a

mesma imprensa critica o governo pela incapacidade das FDS resultante do material obsoleto que usa.

Desafio de reduzir a dependência em relação a PMCs

Conforme dissemos no início deste relatório, as PMCs possuem várias vantagens e valências que podem ser usadas pelos estados contratantes. Todavia, essas empresas também trazem desvantagens, custos e riscos para a segurança nacional. De acordo com Tzifakis (2012):

- Alguns acreditam que as PMCs podem ameaçar o monopólio do uso da força e da soberania do Estado contratante se passarem a assumir maior papel nas acções de contra-insurgência em detrimento do uso das Forças Armadas ou se houver uma percepção por parte destas empresas de que o estado depende deles para sobreviver;
- Outros acreditam que as PMCs actuam na mesma filosofia dos mercenários e por isso são susceptíveis de serem comprados por nossos adversários. Para estes analistas, as PMCs estão mais preocupadas em ganhar dinheiro do que em cumprir com contratos;
- Outros ainda acreditam que as PMCs tendem a fomentar a guerra onde elas se encontram, para justificar a sua presença ou aumentar a sua presença. As PMCs querem que a demanda por seus serviços se expanda para sobreviverem e se desenvolverem. Portanto, eles têm um motivo para exagerar os desafios à segurança ou até mesmo podem contribuir para a criação de novos focos de ameaças, apenas para afirmar que só eles têm as ferramentas necessárias para geri-las.

De acordo com Tzifakis (2012: 24-25), as acções das PMSCs não desafiam nem questionam os estados nem sua soberania porque os Estados mantêm algum controle sobre o sector de segurança privada. Portanto, as PMSCs devem ser vistas como meras 'ferramentas' à disposição de estados, organizações internacionais, ONGs, empresas e cidadãos para a protecção de sua segurança.

De acordo com Olonisakin (2000:235-236), A actividade Mercenária existe puramente com fins lucrativos e não por qualquer motivo altruísta. Portanto, quando existe um negócio lucrativo num país, essas empresas fazem de tudo para esse negócio não acabe. Neste sentido, interessa as PMCs manter o status quo sem solução duradoura para os conflitos. Uma vez que são motivados pelo lucro, os Mercenários podem finalmente a causa dos adversários do Estado, dando-lhes assessoria ou apoio militar.

De acordo com Turcan e Ozpinar (2009), a contratação de PMCs costuma ser uma acção controversa porque os contratos assinados pelos estados e as empresas militares privadas não são nem do domínio público nem de acesso das comissões que poderiam fazer o controlo ao nível do parlamento. Um aspecto também controverso da contratação é o processo de licitação que raramente passa por concurso público. Na opinião do autor, há falta de transparência na contratação de PMCs e isso torna praticamente impossível para o público supervisionar e avaliar a actividade dessas empresas no país (Turcan e Ozpinar, 2009: 58-59, 163). É preciso reconhecer, no entanto, que nem todos os contratos passam necessariamente pelo parlamento. Segundo Grasso (2010:17), nos EUA, há algumas situações durante os tempos de guerra em que a concorrência plena e aberta não é necessária tais como: (1) Há apenas um fonte responsável disponível para atender aos requisitos do contrato; (2) a necessidade desses bens ou serviços é de tal forma urgente que o estado seria gravemente prejudicado se o contrato não fosse adjudicado; (4) O governo fez um acordo internacional para a aquisição desses bens e serviços; (5) um regulamento autoriza ou exige especificamente que o contrato seja feito através de uma fonte específica; (6) A utilização de concorrência plena e aberta pode comprometer a segurança; (7) O interesse público seria melhor servido ou atendido pelo uso de outros que não a concorrência plena e aberta.

Segundo BENICSÁK, os custos e riscos do uso de PMCs podem ser:

- As PSCs são mais caras que as forças Armadas Nacionais pois, seus salários são normalmente inflacionados duas ou três vezes o que um soldado equivalente faria;

- Também há riscos de que os contratados se recusem a partilhar ou trocar informações com as forças armadas nacionais perante situações perigosas pelo facto de não existir um bom entrosamento entre as duas forças em combate;
- O pessoal de segurança privada não é governado por sistemas de justiça militar. Quando o pessoal de segurança privada infringe as leis, não está claro como responsabilizá-las, principalmente onde existem instituições locais fracas. Por isso, acredita-se que as PMCs não obedecem a nenhum mecanismo de prestação de contas. Isso significa que as legislações nacionais possuem, muitas vezes, um vazio enorme em relação a regulamentação das actividades das PMCs nos seus territórios facto que inibe a aplicação de um código de leis quando as PMCs agem fora da lei;

De acordo com o Global policy Forum:

- Muitas das operações clandestinas que essas empresas executam são impopulares com o público porque a opinião pública sempre associa os PMCs a corrupção e negócios escuros que não obedecem aos requisitos de prestação de contas;
- As PMCs, também são impopulares porque a opinião pública acredita que essas empresas lucram muito com a guerra, algo que é visto como desumano, inadequado e imoral;
- A opinião pública também acredita que os PMCs são usadas para realizar operações ilegais, como saquear recursos minerais etc.
- Acredita-se que as PMCs usam força excessiva em inúmeras situações de conflito;
- Por fim, acredita-se que as empresas embarcam em actividades predatórias contra os interesses nacionais.

De acordo com Rettig (2012:52-54), o uso de PMCs pode ter efeitos negativos sobre as forças armadas nacionais tais como:

- A discrepância percebida ou real nos salários pode causar conflitos ou ressentimento entre os soldados nacionais mal pagos e os mercenários bem pagos, pois ambos se

expõem aos mesmos riscos;

- A utilização de PMCs reduz a reputação das forças armadas nacionais. Um exército que depende de PMCs fica com a sua imagem manchada pois evidencia falta de capacidade. Ao usar os PMCs para funções de combate, isso pode aumentar a percepção de que as Forças Armadas são incapazes de realizar suas missões e tarefas. A auto-imagem que os soldados fazem de si mesmos tem efeitos subsequentes no moral e no desempenho. No domínio externo a organização militar, a baixa reputação das forças armadas serve para estimular os adversários ou inimigos, principalmente quando os mercenários não estão envolvidos em operações;
- Não existem garantias nem certeza absoluta de que o mercenário estará disponível para executar as tarefas estabelecidas no contrato se a situação se tornar extremamente desafiadora. Um PMCs, embora empregado pelas forças armadas, não está sob a mesma cadeia de comando e, portanto, não precisa seguir as mesmas ordens que os soldados.

Desafios de coordenação em operações conjuntas entre a DAG e FDS

- O investigador Sérgio Chichava informou que as forças de segurança moçambicanas sofreram baixas de fogo amigáveis dos helicópteros do DAG durante a batalha por Macomia, devido ao facto de os artilheiros do DAG serem incapazes de distinguir entre soldados e insurgentes usando os mesmos uniformes (Club of Mozambique, 5 de junho de 2020) Essas vítimas e as crianças feridas pelos tiros do DAG sugerem grandes deficiências na coordenação entre as unidades aéreas e terrestres que trabalham para o governo. Enquanto os helicópteros do DAG continuarem a formar a ponta da lança do governo, é provável que continuem produzindo baixas entre civis e militares das FADM (ACLED, Cabo Ligado Weekly: 1-7 de junho de 2020).

Desafio de atrair a cooperação internacional

De acordo com a Economist Intelligent Unit (EIU), entidade de análise ligada à revista britânica *The Economist*, Moçambique precisa de ajuda militar externa para combater o terrorismo. Tal ajuda é inevitável e necessária, dada a manifesta incapacidade das Forças de Defesa e Segurança (FDS). A EIU considera a campanha contra a insurgência tem sido ineficaz por conta de erros grosseiros. Aquela organização refere que o Governo moçambicano tem recebido várias ofertas de apoio militar internacional, mas não está claro se tomará a melhor decisão na escolha de parceiros para combater aos grupos armados no Norte de Moçambique. A EIU nota que os grupos armados mostraram nas últimas semanas uma melhor organização logística e coordenação, levando as forças de defesa e segurança a capitularem. Para o EIU, o ataque a Palma, distrito que acolhe os projectos de produção de gás natural, é inevitável e é uma questão de tempo (Savana, 17.04.2020). A constatação da EIU deixa claro que:

- Moçambique deve ser capaz de enfrentar desafio de reformular a sua política externa de modo a reestruturar seu sistema de alianças a nível regional e internacional. A Tanzânia e o Zimbabwe continuam e devem continuar a ser aliados naturais de Moçambique e devem ser engajados directamente na estratégia de Combate ao Terrorismo de Moçambique. O esforço no sentido de engajar a SADC é uma medida perfeitamente ajustada aos interesses nacionais. Quando o presidente Nyusi e o presidente Zimbabweano, reuniram-se no dia 31 de Abril na cidade de Chimoio, na província de Manica para discutirem a cooperação bilateral entre os dois países no domínio político e de defesa e segurança Moçambique dava sinais querer reverter o cenário instalado em Cabo Delgado por dois anos (Notícias, 01.05.2020). Na qualidade de Presidente do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, o Zimbabwe representa um parceiro incontornável para Moçambique pois, pode agregar as sinergias regionais com as relações tradicionais de aliança que os dois países nutrem um pelo outro;
- A pedido do governo moçambicano, a tróica

do órgão de Política, Defesa e Segurança da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) Reuniu-se em sessão extraordinária, no dia 22 de Maio de 2020, em Harare, capital zimbabweana, para discutir a situação de insegurança em Moçambique. Na ocasião a organização prometeu apoiar Moçambique “na luta contra grupos terroristas e armados que actuam em alguns distritos de Cabo Delgado” (Nhuntumbo, 22.05.2020).

Moçambique deve ser capaz de mobilizar apoios de grandes potências interessadas no combate ao terrorismo empenhando activamente a sua diplomacia. Existe actualmente uma grande relutância ou desinteresse dos países mais fortes, principalmente das potências ocidentais, em se envolverem em países onde os seus interesses nacionais não estão em causa. Grande parte dessas potências encontra-se exausta por financiar operações de combate ao terrorismo desde 2001 sem grandes resultados e não tem vontade de desembolsar elevadas quantias em países periféricos.

Desafio de engajar as populações locais em acções de defesa e segurança

- A teoria e a prática da contra-insurgência e do contra-terrorismo dita que não existe sucesso sem a colaboração activa das populações no combate contra os insurgentes e terroristas, seja pela via dos grupos de vigilância, ou mesmo milícias populares. O policiamento comunitário é o primeiro estágio para a edificação da mentalidade de vigilância que precisa ser instalado ao nível das zonas de conflito para eliminar as ameaças e ao nível das zonas adjacentes a zona de conflito para evitar, prevenir e conter a expansão da ameaça para regiões ainda livres.
- A acção de responsabilizar as populações para garantir sua própria segurança levanta outros desafios políticos e securitários. Politicamente pode haver um aproveitamento de vários sectores da oposição para atacar a visão de envolvimento participativo que o governo querera adoptar. Em termos securitários, levanta-se o risco de dispersar a

posse de armas para infiltrados, bandidos ou aproveitadores que podem contribuir para o aumento da insegurança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança é um bem público que o estado deve prover ao cidadão como resultado do contrato social estabelecido entre eles. Um país soberano deve, por isso, ter a capacidade de proteger toda a sua população contra qualquer tipo de agressão militar, seja ela interna ou externa. O estado não deve, conseqüentemente, delegar essa função a qualquer outro actor sob protesto de não possuir condições para garantir essa segurança pois tal seria assumir que não possui condições de continuar a ser estado e provedor de segurança. Evidentemente, em situações específicas, de carácter *ad-hoc*, circunstancial e de curto prazo, o estado por buscar parcerias, sinergias e a colaboração de outros actores para melhorar o seu desempenho na sua função mais importante mas nunca depender deles nem delegar a sua função a estes actores. Os estados não podem ser desculpados pela incapacidade de proteger seus cidadãos pois essa é uma responsabilidade intransmissível. Nesta ordem de ideias, os estados podem cooperar e coordenar com vários actores nacionais e/ou internacionais em prol da segurança mas devem manter como foco principal, melhorar as capacidades, eficiência e eficácia das suas instituições de defesa e segurança.

Moçambique precisa reconhecer que enfrenta um grupo bem liderado, que se adapta com facilidade as condições que lhe são impostas e que está a saber aproveitar-se das lacunas e fraquezas do país, principalmente das FDS. Ao mesmo tempo, as acções enérgicas das FDS mostraram que o grupo também tem suas fragilidades e que, sob pressão permanente, pode ser eliminado ou enfraquecido. Apesar de portarem armas de alto calibre, a sua capacidade de reposição de munições é limitada, isso justifica as suas investidas sobre os quartéis e acampamentos militares, que visam reabastecer o grupo com armas e munições. Em termos de material de guerra, efectivos, logística, estratégia militar, estratégia de comunicação e níveis de controlo territorial o grupo ainda pode ser considerado inexperiente. Em última análise, as FDS devem manter o momentum e optarem por uma estratégia ofensiva. As FDS não podem dar descanso ao inimigo e devem mantê-lo em constante fuga, incapacitando-os de tomarem e permanecerem em locais estratégicos. Tudo

depende da capacidade das FDS identificarem os principais *choke-points*, dominarem as áreas estratégicas e estabelecerem postos de observação fixos munidos de meios de comunicação e observação. As campanhas militares devem ser sequenciadas e continuadas para que nenhuma retirada dos terroristas permita-lhes reagrupar em outro lugar. Sempre que conseguem se reagrupar, os terroristas voltam mais determinados, mais conhecedores das táticas das FADM e com armas cada vez mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- A Verdade (28 Maio 2020), Al Shabaab´s atacam Macomia enquanto Governo promete “repor a ordem e tranquilidade públicas na Província de Cabo Delgado”, <http://www.verdade.co.mz/nacional/70404-al-shabaabas-atacam-macomia-enquanto-governo-promete-repor-a-ordem-e-tranquilidade-publicas-na-provincia-de-cabo-delgado>
- ACLED, Cabo Ligado Weekly: 1-7 JUNE 2020, <https://acleddata.com/2020/06/09/cabo-ligado-weekly-1-7-june-2020/>
- ACLED, Cabo Ligado Weekly: 18-24 May 2020, <https://acleddata.com/2020/05/26/cabo-ligado-weekly-18-24-may-2020/>
- Anacleto, Delfim (01.06.2020), Moçambique: Dois cabecilhas de grupos terroristas são abatidos em Cabo Delgado, <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-dois-cabecilhas-de-grupos-terroristas-s%C3%A3o-abatidos-em-cabo-delgado/a-53646734>
- Baptista, André (29.05.2020), Moçambique: Insurgentes continuam a ocupar Macomia e içaram a bandeira do Estado Islâmico, VOA, <https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-insurgentes-continuam-a-ocupar-macomia-e-i%C3%A7aram-a-bandeira-do-estado-isl%C3%A2mico/5441236.html>
- Bata, Ilódio (08.06.2020), Reinício do processo de DDR: Será desta!?, cartamz, <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/5324-reinicio-do-processo-de-ddr-sera-desta?tmpl=component&print=1>
- BENICSÁK, Peter (), Vantagens e Desvantagens de Empresas Militares Privadas,
- Beula, Emídio (2020), Depois da Ofensiva das FDS em Abril: Insurgentes voltam a lançar ataques violentos em vários distritos de Cabo Delgado, Política Moçambicana, CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento, 18 de Maio, I Ano 02, n.º 13.
- Carta de Moçambique (15.04.2020), OE 2020: Sectores castrenses continuam com a “fatia de leão”, <https://cartamz.com/index.php/politica/item/4911-oe-2020-sectores-castrenses-continuam-com-a-fatia-de-leao>
- Catueira, André (10.04.2020), Vietnamita decapitado num ataque violento contra estaleiro em Matarara, Dombe: Um recado a Ossufo Momade, Savana, Ano XXVII, Nº1370, Maputo.
- David H. Ucko (2013), Beyond Clear-Hold-Build: Rethinking Local-Level Counterinsurgency after Afghanistan, Contemporary Security Policy, 34:3, 526-551, DOI: 10.1080/13523260.2013.839258
- Global policy Forum: PMSCs: Risks and Misconduct, <https://www.globalpolicy.org/pmcs/50208-contractor-misconduct-and-abuse.html>
- Grasso, Valerie Bailey (2010), Defense Logistical Support Contracts in Iraq and Afghanistan: Issues for Congress, CRS Report for Congress, Congressional Research Service.
- Issufo, Nádia (6.04.2020), Aumento dos ataques no centro de Moçambique: Retaliação ou pressão?, <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/aumento-dos-ataques-no-centro-de-mocambique-retaliacao-ou-pressao>
- JORNAL TXOPELA (18.05.2020), Ataque a autocarros no centro de Moçambique provoca um morto e três feridos graves, <https://www.jornaltxopela.com/2020/05/ataque-a-autocarros-no-centro-de-mocambique-provoca-um-morto-e-tres-feridos-graves/>
- Lima, Fernando (17.04.2020), Notas sobre a recente situação sombria em Cabo Delgado, Savana, Ano XXVII, Nº1371, Maputo.
- Lusa (30.05.2020), Moçambique. Movimentações militares continuam pelo terceiro dia em Macomia, <https://24.sapo.pt/actualidade/artigos/mocambique-movimentacoes-militares-continuam-pelo-terceiro-dia-em-macomia>

- LUSA (31.05.2020), Ataques: PR moçambicano diz que cabecilhas podem ter sido abatidos,
- Mata, Paulo (13.04.2020), Ofensiva contra o Estado Islâmico em Moçambique, Pássaro de Ferro, <http://www.passarodeferro.com/2020/04/ofensiva-contra-o-estado-islamico-em.html>
- Nhaca, Elias (10.04.2020), A utopia do isolamento social nos transportes, Savana, Ano XXVII, N°1370, Maputo.
- Nhaca, Elias (29.05.2020), Hotelaria e turismo Covid-19 atira 21 mil trabalhadores ao desemprego, Savana, Ano XXVII, N°1377, Maputo.
- Nhampossa, Argunaldo (17.04.2020), Insurgência em Cabo Delgado: Governo não ligou aos avisos - Sheik Aminuddin, Savana, Ano XXVII, N°1371, Maputo.
- Nhampossa, Argunaldo (29.05.2020), Amade Miquidade: A situação é complexa em Cabo Delgado, Savana, Ano XXVII, N°1377, Maputo.
- Nhantumbo, Armando (01.05.2020), Os ataques e a corrida de mercenários para Cabo Delgado: O negócio da guerra, Savana, Ano XXVII, N° 1373, Maputo.
- Nhantumbo, Armando (14.04.2020), O saldo de uma das mais mortíferas incursões dos insurgentes: Massacre em Muidumbe, Savana, Ano XXVII, N°1370, Maputo.
- Nhantumbo, Armando (22.05.2020), Ataques em Cabo Delgado: do triunfalismo oficial e da prevalência do terror, Savana, Ano XXVII, N° 1376, Maputo.
- Notícias (01.05.2020), Na área de Política, defesa e segurança: Moçambique e Zimbabwe sobem fasquia de cooperação, Edição N 30.974.
- Notícias (01.06.2020a), Estado de Emergência: Nyusi promulga lei que ratifica segunda prorrogação,
- Notícias (01.06.2020c), Sector empresarial pede redução de 50% na taxa de electricidade,
- Notícias (01.06.2020d), Avalia Filipe Nyusi em Cabo Delgado: FDS respondem com firmeza e bravura aos ataques terroristas,
- Notícias (02.07.2020), Lançado programa “Conhecimento que nos pode salvar”,
- Notícias (09.05.2020), Desafios na observância do distanciamento social,
- Notícias (09.05.2020c), Provenientes da RD Congo: Portos nacionais manuseiam cobre e cobalto para a China,
- Notícias (10.06.2020), Devido aos ataques armados: Produção pesqueira reduz em Cabo Delgado, Edição N.31.008.
- Notícias (10.06.2020), Impacto da COVID-19: Governo anuncia credito de 1.6 mil milhões para PME, Edição N.31.008.
- Notícias (12.05.2020), Testagem do coronavirus no HCB: Montada cabine para recolha de amostras,
- Noticias (12.05.2020b), Passageiros a mais retirados dos autocarros,
- Noticias (12.05.2020c), Prestadores de serviços querem crédito com juros bonificados
- Notícias (12.05.2020d), Cabo Delgado terá laboratório de testagem,
- Notícias (9.05.2020b), Industria transformadora perde 4 mil milhões de meticais por mês,
- Notícias (9.05.2020b), Várias empresas na iminência de falência,
- Olonisakin, Funmi (2000), Arresting the Tide of Mercenaries: Prospects for Regional Control, in Musah, Abdel-Fatau e Fayemi, J.'Kayode (eds), Mercenaries: An African Security Dilemma, Pluto Press, London.
- Rettig, Max von (2012), The Utility of Private Military Companies on the Front Line to the Armed Forces of the United Kingdom, MSc THESIS, MSc Security Sector Management, Cranfield University.
- Savana (17.04.2020), Cabo Delgado: Ajuda militar externa é inevitável - EIU, Savana, Ano XXVII, N°1371, Maputo.

- Senda, Raul (17.04.2020), Medidas de contingência contra o Covid-19 longe da realidade social: Escapar da doença e morrer a fome, Savana, Ano XXVII, Nº1371, Maputo.
- Turcan, Metin e Ozpinar, Nihat(2009), “Who let the dogs out?”: A critique of the security for hire option in weak states, Dynamics of Asymmetric Conflict, 2: 3, 143 — 171.
- TZIFAKIS, Nikolaos (2012), Contracting out to Private Military and Security Companies, The Centre for European Studies (CES), Brussels.
- Ucko, David H. (7.11.2013), Clear-hold-build-fail? Rethinking Local-Level Counterinsurgency, <https://warontherocks.com/2013/11/clear-hold-build-fail-rethinking-local-level-counterinsurgency/>
- Zambeze (09.04.2020), De novo: Grupos armados atacam distritos de Cabo Delgado, Ano XIV, Nº899, Maputo.
- Zambeze (09.04.2020b), Amnistia preocupada com grupos armados e violações dos direitos humanos em Moçambique, Ano XIV, Nº899, Maputo.
- Zambeze (09.04.2020c), Turismo aperta o cinto, Ano XIV, Nº899, Maputo.
- Zambeze (09.04.2020d), COVID-19: Aeroportos de Moçambique perde dois milhões de dólares, Ano XIV, Nº899, Maputo.
- Zambeze (16.04.2020), Insurgentes atacam oito aldeias em cinco dias consecutivos, Ano XIV, Nº900, Maputo.

Jornais Electrónicos:

- Carta de Moçambique (Várias Edições)
- Jornal O País (Várias edições)
- Canal de Moçambique
- Jornal A Verdade



CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

FICHA TÉCNICA

Security Brief N° 03 – Junho / 2020

Autor:

Énio Viegas Filipe Chingotuane- Departamento de Paz e Segurança

João Gabriel de Barros- Departamento de Economia e Estudos de Desenvolvimento

Jossias Filipe- Departamento de Economia e Estudos de Desenvolvimento

Propriedade: CEEI/UJC

Correio eletrónico: ceei.isri@gmail.com

Director: João Gabriel de Barros

Coordenador da Série: Énio Viegas Filipe Chingotuane

Edição: CEEI/UJC

Design e Grafismo: CEEI/UJC

Maputo/Moçambique

A série Security Brief do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI) visa apresentar as opiniões dos pesquisadores do CEEI e dos Docentes da Universidade Joaquim Chissano (UJC), sobre assuntos de segurança nacional, regional e internacional. O objectivo da série é disseminar ideias dos autores, provocar comentários de académicos e profissionais e induzir a produção científica sobre as matérias divulgadas.

As opiniões aqui expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.